

## PLANO DE ENSINO

<b>DISCIPLINA</b>	ASPECTOS PROCESSUAIS DA ARBITRAGEM								
<b>DOCENTE</b>	FABIANE VERÇOSA								
<b>CÓDIGO</b>	GRDDIRELE244	<b>SEMESTRE</b>	2025.1	<b>PERÍODO</b>	6º/10º	<b>NATUREZA</b>	ELETIVA	<b>CARGA HORÁRIA</b>	60H

<b>EMENTA</b>	A Eficácia do Processo e os Métodos Alternativos de Solução de disputas. Natureza Jurídica da Arbitragem. O Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional e a Arbitragem no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Fundamentos da Arbitragem: as Partes na Arbitragem, o Objeto de Arbitragem, árbitros (funções, poderes e deveres). Convenção de arbitragem: cláusula compromissória e Compromisso Arbitral, questões diversas sobre a cláusula compromissória. Procedimento arbitral: instauração da Arbitragem, processo de escolha e nomeação dos árbitros, procedimento Arbitral, sentença arbitral. A relação entre o juízo arbitral e o poder judiciário: hipóteses de intervenção do Judiciário antes do procedimento arbitral, cooperação entre o Judiciário e a arbitragem, nulidade do Laudo Arbitral: Ação de nulidade (art. 32) e embargos de Devedor, execução das Sentenças Arbitrais.								
<b>OBJETIVOS</b>	Analisar a arbitragem como meio de resolução de disputas alternativo ao sistema judiciário brasileiro.								
<b>METODOLOGIA</b>	Aulas expositivas com a participação dos alunos e preparação de peças do processo.								
<b>HABILIDADE</b>  Exigência MEC  RESOLUÇÃO nº 5, 18 de dezembro de 2018	X	Interpretar/aplicar as normas (princípios e regras) do sistema jurídico nacional, observando a experiência estrangeira comparada, quando couber, articulando o conhecimento teórico com a resolução de problemas.							
	X	Demonstrar competência na leitura, compreensão e elaboração de textos, atos e documentos jurídicos, de caráter negocial, processual ou normativo, bem como a devida utilização das normas técnico-jurídicas.							
	X	Demonstrar capacidade para comunicar-se com precisão.							
	X	Dominar instrumentos da metodologia jurídica, sendo capaz de compreender e aplicar conceitos, estruturas e racionalidades fundamentais ao exercício do Direito.							
	X	Adquirir capacidade para desenvolver técnicas de raciocínio e de argumentação jurídicas com objetivo de propor soluções e decidir questões no âmbito do Direito.							
	X	Desenvolver a cultura do diálogo e o uso de meios consensuais de solução de conflitos.							
	X	Compreender a hermenêutica e os métodos interpretativos, com a necessária capacidade de pesquisa e de utilização da legislação, da jurisprudência, da doutrina e de outras fontes do Direito.							
	X	Ter competências para atuar em diferentes instâncias extrajudiciais, administrativas ou judiciais, com a devida utilização de processos, atos e procedimentos.							
	X	Utilizar corretamente a terminologia e as categorias jurídicas.							
	X	Aceitar a diversidade e o pluralismo cultural.							
	X	Compreender o impacto da inteligência artificial e das novas tecnologias na área jurídica.							
	X	Possuir o domínio de tecnologias e métodos para permanente compreensão e aplicação do Direito.							
	X	Desenvolver a capacidade de trabalhar em grupos formados por profissionais do Direito ou de caráter interdisciplinar.							
X	Apreender conceitos deontológico-profissionais e desenvolver perspectivas transversais sobre direitos humanos.								
X	Outras: Compreender a eficácia do processo e dos métodos Alternativos de Solução de disputas. Abordar a natureza jurídica da Arbitragem. Tipificar o Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional e a Arbitragem no Ordenamento Jurídico Brasileiro. Identificar os fundamentos básicos da Arbitragem. Conhecer convenção de arbitragem e procedimento arbitral. Relacionar juízo arbitral e poder judiciário. Simular procedimento arbitral: partes, advogados e árbitros.								
<b>CONTEÚDO PROGRAMÁTICO</b>									
<b>AULA</b>	<b>TEMA</b>								
1-2	Arbitragem é Processo? A Natureza Jurídica da Arbitragem								
3-4	Incidência de Princípios Processuais à Arbitragem								
8-9	Incidência de <i>Normas Processuais</i> à Arbitragem? O CPC se aplica à arbitragem?								
10-12	Arbitragem, Contraditório e Ampla Defesa – questões selecionadas								
13-14	Roteiro Básico do Procedimento Arbitral								
15	Produção de Provas na Arbitragem								
16-17	Impedimento e Suspeição do Árbitro. Dever de revelação								

18-19	<i>Third Party Funding</i>
20	O árbitro está vinculado aos precedentes <i>judiciais</i> (art. 927 do CPC)?
21	Um tribunal arbitral está vinculado às decisões de outros <i>tribunais arbitrais</i> (“jurisprudência arbitral”)?
22	A sentença arbitral
23	Pedidos de esclarecimentos
24	Anulação da Sentença Arbitral
25	Impugnação ao Cumprimento da Sentença Arbitral
26	Execução da Sentença Arbitral
27	Homologação de Sentença Arbitral Estrangeira
<b>CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO</b>	Prova 1: Prova em sala de aula Prova 2: Prova em sala de aula
<b>BIBLIOGRAFIA BÁSICA</b>	CARMONA, Carlos Alberto. <i>Arbitragem e Processo. Um Comentário à Lei nº 9.307/96</i> . 4.ed. São Paulo: Atlas, 2023.  LEVY, Daniel; PEREIRA, Guilherme Setoguti J. (coord.). <i>Curso de Arbitragem</i> . 2.ed. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021.  APRIGLIANO, Ricardo Carvalho. <i>Fundamentos Processuais da Arbitragem</i> . São Paulo: Direito Contemporâneo, 2023.
<b>BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR</b>	DINAMARCO, Cândido Rangel. <i>A Arbitragem na Teoria Geral do Processo</i> . São Paulo: Malheiros, 2013.  VERÇOSA, Fabiane. <i>Audiência Remota de Instrução na Arbitragem à luz do Contraditório e de outros Princípios Processuais</i> . São Paulo: Revista dos Tribunais, 2022.  VERÇOSA, Fabiane. <i>A Aplicação Errônea do Direito pelo Árbitro. Uma Análise à Luz do Direito Brasileiro e Estrangeiro</i> . Curitiba: CRV, 2015.  MUNIZ, Joaquim de Paiva; VERÇOSA, Fabiane; PANTOJA, Fernanda; ALMEIDA, Diogo de Assumpção Rezende. (coord.). <i>Arbitragem e Mediação. Temas Controvertidos</i> . Rio de Janeiro: Forense, 2014.  DINAMARCO, Cândido Rangel. <i>A Arbitragem na Teoria Geral do Processo</i> . São Paulo: Malheiros, 2013.